

A pistola *Parabellum* do contrato brasileiro

Douglas de Souza Aguiar Jr.*

Embora seja, ainda hoje, um ícone militar alemão da primeira metade do século XX, a longa história da pistola *Parabellum* (também muito conhecida como “Luger”) é caracterizada também pelo seu uso significativo por forças militares e policiais de vários países ao redor do mundo. E, no caminho para sua consagração como a mais conhecida arma de sua categoria, sua carreira no mercado militar internacional se mostrou tão importante quanto sua adoção pelas forças militares alemãs no limiar do século XX.

Entre os países que a adotaram como armamento regulamentar, o Brasil talvez seja o mais improvável. Contudo, embora à época a aquisição do que hoje se denomina “Luger do Contrato Brasileiro”¹ ou “Modelo 1906 do Contrato Brasileiro”² tenha sido considerável, esta é uma das variantes mais negligenciadas em obras especializadas, sendo que as informações restringem-se, na maioria das vezes, ao mesmo punhado de parágrafos e informações básicas repetidas *ad nauseam*.

Desse modo, essa carência de informações sobre o serviço da *Parabellum* nas fileiras do Exército de Caxias deixa escapar a rique-

za do contexto histórico que levou à sua adoção, as dificuldades de sua introdução e de seu uso em nossas terras e até mesmo seu impacto cultural — além de lacunas que ainda persistem em sua história.

A corrida armamentista na América do Sul

A década de 1890 havia sido turbulenta para o Brasil, sacudido por várias revoltas internas e uma guerra civil no sul do país, consequência da transição do regime monárquico para o republicano, ocorrida em novembro de 1889. Além de contribuir para o evidente desgaste do equipamento militar, a agitação também minou as finanças públicas, tornando impossível, em curto prazo, qualquer plano de modernização das forças armadas.

No campo das armas de infantaria e, em especial das armas de porte, os oficiais e graduados brasileiros ainda fiavam-se nos vetustos revólveres Girard Modelo 1878 e Nagant Modelo 1883 (ou 1893, dependendo da data de aquisição) — ambos ainda utilizando pólvora negra como propelente. A compra de armamento, quando ocorria, focava-se em armas de necessida-

* Advogado graduado pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (USP) e com pós-graduação *lato sensu* pela PUC/SP. Pesquisador autônomo de História Militar há mais de vinte anos, com foco em armas portáteis do período compreendido entre 1850 e 1945, com trabalhos e colaborações publicados no Brasil e no exterior, responde atualmente pela Curadoria de Armamentos do Museu da Polícia Militar do Estado de São Paulo.



Figura 1 – As armas regulamentares do exército entre o fim do Império e início da República: o Girardot Modelo 1878 (esquerda) e o Nagant Modelo 1883 (direita)

Fonte: acervo de coleção particular, foto do autor

de mais premente, como fuzis de repetição (no caso, os Mauser dos modelos 1888 e 1894), metralhadoras (como as Nordenfeldt) e artilharia de campanha. Mas várias armas ainda provenientes dos tempos do Império (como os fuzis e carabinas Comblain, Spencer e Winchester, adquiridos durante as décadas de 1870 e 1880) ainda eram vistas frequentemente em serviço.

A virada do século tornou a situação ainda mais periclitante diante do fato de que as duas outras forças regionais, Argentina e Chile — países sempre considerados os antagonistas diretos da hegemonia brasileira na América do Sul —, encontravam-se em pleno processo de modernização de seus exércitos e forças navais.

Era o início de uma frenética corrida armamentista entre os três países, que perduraria por quase 15 anos, quando cada uma destas nações buscava uma rápida modernização de suas forças armadas, em preparação para uma guerra que, em vários momentos, pareceu iminente. Tudo era comprado em fabricantes europeus e norte-americanos de primeira grandeza,

de modo a assegurar a última palavra em tecnologia militar: artilharia, fuzis de repetição, metralhadoras, belonaves.

Há indícios de que, já por volta de 1897, o Exército Brasileiro tenha conduzido testes com a pistola alemã Borchardt C.93,³ projetada por Hugo Borchardt (1845-1924) e então produzida pela Deutsche Waffen und Munitionfabriken (Fábrica Alemã de Armas e Munições – DWM). Levando-se em conta que a Borchardt é considerada a primeira pistola semiautomática produzida em escala industrial, não deixa de ser impressionante o fato de que o Exército Brasileiro já estivesse flertando com esse tipo de armamento desde os primórdios de seu desenvolvimento, muito antes de outras potências mundiais e ainda quando muitos militares as viam apenas como curiosidades excêntricas.

No entanto, em razão do já mencionado contexto econômico e político desfavorável, os testes não resultaram em qualquer medida concreta. O Exército Brasileiro teria de esperar ainda mais alguns anos.



Figura 2 – Um exemplar excepcional da primeira pistola semiautomática produzida em escala industrial, a Borchardt C.93. Exemplares desta arma foram examinados pelo Exército Brasileiro por volta de 1897, sem maiores resultados

Fonte: Rock Island Auctions (catálogo *on line*,⁴ setembro de 2014)

O advento da pistola *Parabellum*

Ainda em 1897, a DWM havia submetido a mesma pistola Borchardt testada pelo nosso Exército a uma licitação conduzida pelas Forças Armadas da Suíça. Embora tenham se impressionado com sua munição, os examinadores daquele país haviam feito ressalvas às maiores limitações da arma: com 35cm de comprimento e peso de 1,300kg, tinha uma empunhadura pouco ergonômica (resultando em uma arma desbalanceada para atirar e empunhar) e uma complexidade mecânica desnecessária para o mercado civil e indesejada para o uso militar.

Como Hugo Borchardt recusou-se a aprimorar qualquer coisa em sua arma, a DWM recorreu a outra pessoa. O engenheiro austríaco Georg Luger (1849-1923) trabalhava para a DWM principalmente como seu responsável técnico em demonstrações comerciais. Era o representante da empresa em todos os eventos em que armas da empresa eram submetidas a testes por autoridades, e isso — aliado à sua própria vivência como militar quando jovem — permitiu a Luger desenvolver uma ótima

compreensão do que os seus compradores desejavam em uma arma.

Luger tinha também um ótimo tino comercial, rapidamente percebendo o potencial da C.93, mas, também, suas falhas. Norteando-se pelas exigências estabelecidas na concorrência

do exército suíço, ele lançou-se à tarefa de, gradativamente, refinar o projeto para obter uma arma mais portátil, equilibrada e simples de manusear. Essa foi a gênese da pistola que seria conhecida como *Parabellum*.⁵

Embora tenha mantido o ferrolho articulado da Borchardt C.93 (popularmente chamado de “ação de joelho” — uma herança das metralhadoras Maxim), Luger reposicionou sua mola de recuperação para a empunhadura, a qual também se tornou mais inclinada e ergonômica. Os demais componentes foram todos redesenados e os primeiros protótipos ficaram prontos em 1898-1899, em tempo de participar do certame suíço.

Os testes conduzidos foram árduos, estando presentes também outros projetos contemporâneos de Ferdinand von Mannlicher, Theodor Bergmann e Peter Paul



Figura 3 – Georg Luger (1849-1923), fotografado em 1913

Fonte: GÖRTZ, J.; STURGESS, Dr. G. “The Borchardt & Luger Automatic Pistols”. Galesburg: Simpson Publishing, 2011. p. 11 (volume 1)

Mauser, entre outros. Contudo, a arma da DWM cativou os suíços em razão do estágio adiantado do desenvolvimento do protótipo e pela precisão de seu calibre. O exército suíço exigiu mais algumas modificações (visando principalmente à redução de seu peso), além de outros pormenores, os quais foram rapidamente implementados por Luger. A adoção da pistola *Parabellum* foi oficializada por um ato do parlamento suíço em quatro de maio de 1900, permanecendo como arma regulamentar do exército daquele país pelas cinco décadas seguintes.

A adoção pelos suíços serviu de excelente propaganda para a nova arma (que brevemente foi também chamada de “Borchardt-Luger”), e rapidamente a DWM começou a oferecê-la para o mercado civil internacional. Assim, no início do século XX, a *Parabellum* surgia como uma promissora alternativa para as forças armadas que buscavam adotar uma pistola semiautomática — e, agora, o Exército Brasileiro estava entre eles.



Figura 4 – A *Parabellum* tal como foi adotada pelos suíços em sua versão aprimorada, acompanhada do respectivo coldre. Essas armas ficariam em serviço até 1949 no exército suíço

Fonte: acervo de coleção particular, foto do autor

As reformas no Exército e a adoção da *Parabellum*

No Brasil, a melhora da situação econômica a partir de 1902, impulsionada pela alta dos preços dos principais produtos de exportação brasileiros (café e borracha), aliada à pacificação do país e uma relativa estabilidade política, permitiu que as Forças Armadas começassem a recuperar o tempo perdido.

Mas a mudança também era ideológica: o “exército de bacharéis” que havia sido preconizado por Benjamin Constant (1833-1891) no fim do Império e início da República estava dando lugar a um conceito de força armada mais moderno e profissional, voltado para preparar oficiais e graduados para a tarefa premente de qualquer força militar: a defesa nacional.

Essa guinada conceitual, concebida já pelo marechal João Nepomuceno Mallet (1840-1907) enquanto ministro da Guerra (1898-1902), atingiria seu ápice na pessoa do general (e depois marechal e presidente da República) Hermes da Fonseca (1855-1923). Este último seria a principal força motriz da modernização do Exército na primeira década do século XX, introduzindo novos uniformes, reformulando a estrutura das organizações militares e, por fim, conseguindo a aprovação da lei do serviço militar obrigatório. Nesse contexto de profundas mudanças, lideradas por oficiais visionários, a modernização deu-se através de dois procedimentos muito comuns na América Latina de então: a contratação de uma “missão estrangeira” (um corpo de oficiais estrangeiros que seriam responsáveis pela formação doutrinária do oficialato nacional) e a compra de armamento em países da Europa.⁶ Assim, o Exército Brasileiro



Figura 5 – O marechal Hermes da Fonseca (1855-1923), que, enquanto ministro da Guerra, foi o principal personagem da modernização da força terrestre

Fonte: Presidência da República⁷

iniciava as negociações para se reequipar com o que havia de mais moderno — e as recém-criadas pistolas semiautomáticas eram a última palavra em termos de armas de porte.

Somente em 1904/1905 os testes para as armas de porte foram retomados pelo Exército Brasileiro, e, nessa ocasião, a DWM submeteu à apreciação dos examinadores não mais a Borchardt, mas, sim, a nova pistola *Parabellum*. A versão testada era em calibre 7,65 X 21, tinha um cano de 120mm de comprimento, era dotada de tecla de segurança na empunhadura, apresentava a manopla do ferrolho recortada (que, no Brasil, ganhou a alcunha de “orelha cortada”), extrator reto e mola principal em forma de lâmina.⁸ Essa versão era idêntica ao modelo adotado como arma regulamentar pela Su-

íça e que então se encontrava em testes em vários outros países.

Há indícios de que a opção pela *Parabellum* foi feita rapidamente. Em uma carta de 14 de janeiro de 1906 enviada pelo projetista Georg Luger a Hans Tauscher (representante comercial da DWM nos EUA), recentemente localizada no National Archives em Washington, D.C. (EUA), o inventor afirma que “os governos do Chile, Brasil e Portugal adquiriram grandes quantidades de nossas pistolas automáticas”.⁹ Mesmo que se desconsidere o otimismo exacerbado e os exageros de bom comerciante típicos de Georg Luger (o Chile nunca adotou a sua pistola), é razoável supor que o governo brasileiro já tinha indicado que sua escolha havia sido pela nova *Parabellum*.



Figura 6 – Pistola *Parabellum*, na versão submetida ao Exército Brasileiro em 1904-05. Essa versão seria depois chamada “alter Art” (“modelo antigo”) ou como Modelo 1900 (em razão do ano de sua introdução) e é reconhecida pela manopla de acionamento do ferrolho que, no Brasil, era chamada de “orelha cortada”

Fonte: acervo de coleção particular, foto do autor

No entanto, a escolha não se traduziu em uma compra imediata por razões orçamentárias: ainda em 1906, um novo plano de rearmamento naval fora aprovado e incluía a aquisição de vários navios — depois modificado para incluir dois modernos encouraçados —, comprometendo boa parte das verbas destinadas ao reaparelhamento bélico.¹⁰

Apenas no início de 1908, na esteira de uma compra muito maior de armas junto à Alemanha, é que foi aprovada pelo Congresso brasileiro a dotação orçamentária que permitia o envio de uma comissão militar visando à aquisição de armas para o Exército. Chefiada pelo próprio ministro da Guerra, marechal Hermes da Fonseca, a comissão finalmente partiu para a Europa para negociar a aquisição de novos fuzis, artilharia de campanha e metralhadoras.

Na Alemanha, a comissão concluiu a compra de 400.000 novos fuzis, os quais eram baseados no *Gewehr 1898* (G98), então o fuzil regulamentar do exército alemão. No Brasil, esses fuzis — todos no calibre 7mm Mauser (7X57) — ficariam conhecidos como “Fuzil Mauser modelo brasileiro 1908”¹¹ (posteriormente, a nomenclatura passaria a “Fuzil 7 M908”) e prestariam serviço por praticamente todo o século XX, ainda sendo encontrados hoje em diversas organizações militares, onde são usados em eventos cerimoniais. Embora o projeto fosse da empresa Waffenfabrik Mauser, as armas destinadas ao Brasil foram fabricadas por outra empresa do mesmo conglomerado econômico: a já mencionada DWM.

Deste modo, surgiu a oportunidade para, na mesma ocasião, firmar-se o contrato

para aquisição de 5.000 pistolas *Parabellum* junto à própria DWM. A demora acabou sendo benéfica aos brasileiros, pois a compra recaiu sobre o “novo Modelo” (“neuer Art”), introduzido em 1906. Embora mantivesse características gerais, como o calibre 7,65mm *Parabellum*, cano de 120mm e tecla de segurança na empunhadura, essa nova versão era dotada de vários aperfeiçoamentos em seu desenho: um novo extrator, mola principal no formato tradicional (helicoidal, bem mais robusta) e manoplas do ferrolho integrais, características que seriam mantidas até o fim da produção. As pistolas do contrato brasileiro receberam uma sequência numérica própria (de 01 a 5000), sendo que as partes menores eram numeradas com os dois últimos dígitos do número de série, mas de modo que não ficavam visíveis ao usuário (assim como ocorria em exemplares destinados ao mercado civil). O extrator era marcado “Carregada” (em português), e as armas também traziam a marca do inspetor militar brasileiro (a letra “B” dentro de um círculo) estampada apenas no lado esquerdo da câmara (e nunca nos canos ou carregadores, ao contrário do que afirmam obras mais antigas). A mesma prova também era utilizada nos fuzis e mosquetões adquiridos na mesma ocasião.

Existem dois modelos de coldres que foram usados pelas pistolas *Parabellum* no Brasil. O primeiro modelo, que foi recebido junto com as armas, era confeccionado em couro macio preto e era quase idêntico àquele utilizado pelas pistolas *Parabellum* adquiridas por Portugal (cuja compra também ocorreu em 1908), diferenciando-se apenas por pequenos detalhes.¹²

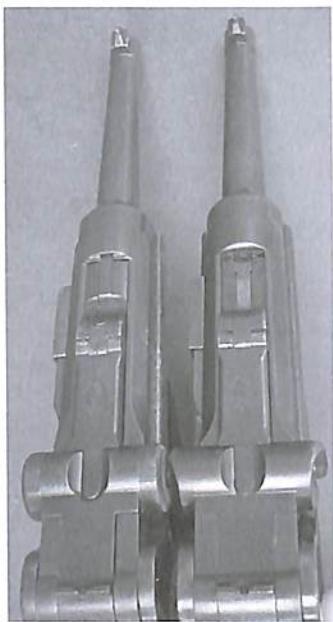


Figura 7 – Visão da parte superior de uma pistola do “Novo Modelo” (esquerda) e do “Antigo Modelo” (direita), onde ficam evidentes as diferenças nas manoplas, no extrator e no desenho do ferrolho

Fonte: acervo de coleção particular, foto do autor

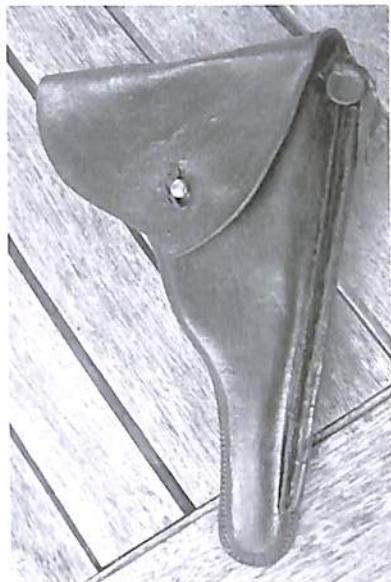


Figura 8 – Exemplar do primeiro modelo de coldre, que veio com as pistolas da Alemanha

Fonte: acervo de coleção particular, foto do autor

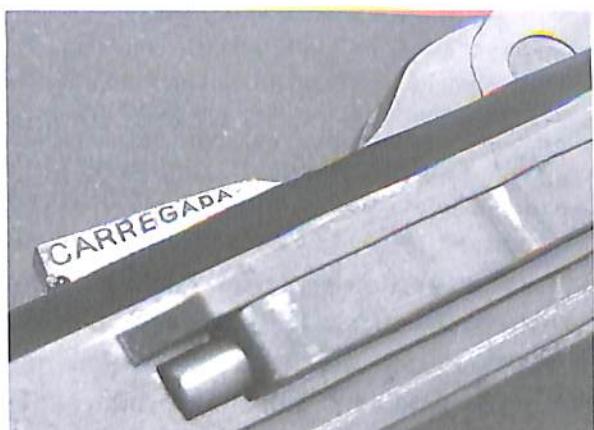


Figura 9 – Imagem do extrator da Luger do contrato brasileiro, que tem marcada a palavra “Carregada” no idioma português (ao contrário do “Geladen” em língua alemã, como seria em uma arma comercial)

Fonte: acervo de coleção particular, foto do autor



Figura 10 – Exemplar do segundo modelo de coldre, com um compartimento para o carregador sobressalente

Fonte: acervo de coleção particular, foto do autor

Esses coldres não se mostraram resistentes o suficiente para o uso severo a que foram submetidos, muitas vezes em áreas inóspitas. Surgiu assim, um novo modelo de coldre, introduzido em fins da década de 1910, construído no Brasil, feito em couro rígido marrom e dotado de um porta-carregador na sua parte anterior.

Evidências fotográficas demonstram que essa versão posterior foi mais bem-sucedida e permaneceu como equipamento regular no Exército Brasileiro juntamente com um modelo de lona de uso universal até, pelo menos, 1935, quando a transição para o equipamento em lona “Mills” foi finalmente concluída.

Mas subsistem algumas dúvidas sobre certos detalhes dessa compra.

O mistério mais evidente é a completa ausência, na *Parabellum* do Exército Brasileiro, de um símbolo nacional sobre a câmara, presente na grande maioria dos contratos estrangeiros e mesmo em algumas armas civis destinadas a mercados específicos (como nos EUA e Rússia). O próprio fuzil Mauser modelo 1908, adquirido junto à DWM na mesma ocasião, possuía o brasão de armas da República — então, por que omiti-lo na pistola? Há algumas hipóteses, mas nenhuma conclusiva, por falta de evidências concretas.

A primeira é que poderia ser uma mera medida de economia, importante para um país com recursos limitados (embora o custo adicional da adição dos brasões devesse ser ínfimo, uma vez que já era usado nos fuzis desde 1894).

A segunda tese é que as pistolas teriam sido adquiridas com um desconto substancial (como um bônus) em face da compra monumental representada pelos fuzis. Nesse contexto, as pistolas seriam simplesmente montadas, provadas e numeradas a partir de partes desti-



Figura 11 – Exemplos de símbolos nacionais utilizados em outras pistolas *Parabellum* na mesma época em que o contrato brasileiro foi produzido (esq. p/dir.): Estados Unidos (exemplar destinado ao mercado civil), Suíça (modelo de escudo adotado após 1906) e Portugal (com o Monograma do Rei Manuel II)

Fonte: acervo de coleção particular, foto do autor



Figura 12 – As “Armas do Brasil” tal como aparecem nos fuzis Modelo 1908 — comprados na mesma ocasião que as *Parabellum* e produzidos na mesma fábrica — e que inexplicavelmente não foram utilizadas nas pistolas

Fonte: acervo do Museu da Polícia Militar de São Paulo, foto do autor

nadas ao mercado civil, acelerando o processo de entrega.

A outra questão é que, aparentemente, o contrato teria contemplado a produção de canos destinados a um provável lote de peças de reposição que nunca se concretizou. Esses canos sobressalentes receberam a mesma marcação presente nas armas brasileiras (o “B” dentro de um círculo), mas, por razões que

são desconhecidas até o momento, não vieram para o Brasil e terminaram sendo instalados em pistolas comerciais, notadamente exemplares situados entre os números de série “44000” e “49000” e vendidas ao redor do mundo.

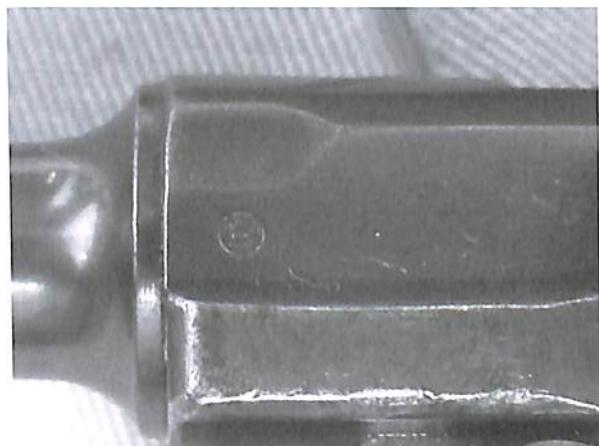


Figura 13 – A prova de inspeção e adoção das *Parabellum* brasileiras

Fonte: acervo de coleção particular, foto do autor

Início difícil

De acordo com pesquisas recentes,¹³ as armas do contrato brasileiro foram produzidas em 1910 e entregues durante o ano seguinte. Ao chegarem ao Brasil, receberam a denominação oficial de “pistola *Parabellum*” (sem menção ao ano de adoção) e foram destinadas primordialmente aos oficiais — os praças e sargentos continuaram utilizando revólveres.

O modo apressado com que as pistolas foram introduzidas, sem qualquer instrução prévia ou manual impresso, criou inúmeras dificuldades, que deram à Luger uma péssima fama entre a tropa.



Figura 14 – Militar brasileiro fotografado durante a Revolução de 1924, em São Paulo, tendo preso ao seu cinto o inconfundível coldre da *Parabellum* do contrato brasileiro

Fonte: cartão postal de época, acervo particular

Em um artigo denominado *A Pistola Parabellum*, publicado na revista militar *A Defesa Nacional*, em 1914, voltado a explicar o seu funcionamento e defender seu uso, o tenente Newton Cavalcanti registrou esse início de carreira atribulado nas fileiras do Exército Brasileiro:

Distribuída sem nenhuma instrução, foi necessário que a curiosidade de alguns officiaes investigasse seu funcionamento, d'ahí os maus resultados apresentados por ella, que, logo nos primeiros mezes de uso, foi atirada à margem como inútil para arma de guerra, taes os defeitos que parecia apresentar.¹⁴

O mesmo artigo ainda deixa claro que boa parte dos problemas decorria do sistema de trava situado na empunhadura, pois como

[...] o esforço necessário à compressão da aza do registro [N.A.: tecla de segurança] não é feito, a arma conserva-se travada, não permitindo seu livre funcionamento. D'ahí os esforços inúteis e maos resultados do tiro.¹⁵

O texto relata outro problema que afetou o desempenho da *Parabellum*: munição inadequada. Segundo o tenente Cavalcanti, munições inicialmente utilizadas não tinham uma carga de propelente adequada, sendo que alguns lotes apresentavam velocidades e pressões inferiores àquelas recomendadas para o correto funcionamento da pistola. A surpresa decorre do fato de que, naquela época, toda munição em uso no Exército Brasileiro era adquirida no exterior, principalmente de fabricantes alemães.

A propaganda de descrédito em torno desta arma foi feita, sua fama corria de boca em boca, como se ella fosse uma inutilidade, e os seus defeitos apareciam a cada momento confirmando em tudo o que se dizia. Esta campanha, nascida da falta de conhecimento de seu manejo amainou com a publicação das instruções e terminou com o brilhante resultado do campeonato de tiro organizado o anno passado [1913] pela 9^a Região Militar, do qual grande número de officiaes concorreram com Ella, obtendo magníficas colocações, tendo o vencedor da prova de 25 metros atirado com a *Parabellum*.¹⁶

A melhora relatada no artigo do tenente Cavalcanti muito provavelmente deu-se com a publicação das *Instruções para o Tiro da Pistola Parabellum*, ocorrida no Boletim do Exército nº 214 de 05 de julho de 1912. Além de trazer dados técnicos, esse documento continha informações sobre uso, manutenção e detalhes do mecanismo, através de ilustrações elaboradas.

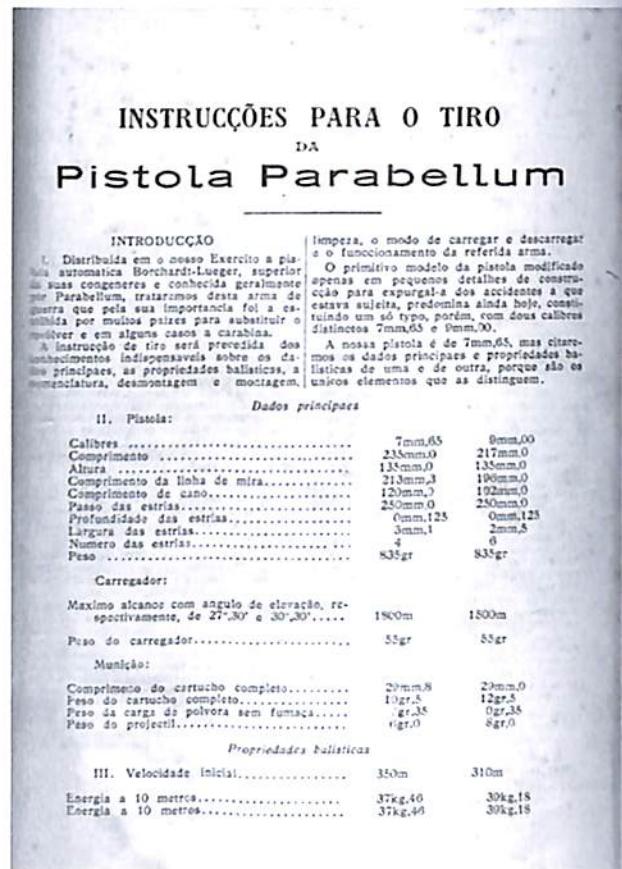


Figura 15 – Reprodução parcial das *Instruções para o Tiro com a Pistola Parabellum* (Boletim do Exército nº 214 de 05/07/1912). Documento apresentava as características técnicas e mecânicas da arma e estabelecia instruções de tiro prático

Fonte: acervo do Sr. Everaldo Guilmann

Em um país com recursos limitados, a ideia era que alguns oficiais se tornassem multiplicadores da informação, passando as instruções de uso da pistola para outros membros da tropa que a utilizassem. Essas "Instruções para o Tiro" foram periodicamente republicadas nos anos seguintes em outros comunicados internos tanto do Exército quanto das forças policiais, garantindo que a *Parabellum* pudesse ser usada eficientemen-

te. Desse modo, nunca existiu um manual específico editado como um volume avulso para a pistola, tal como ocorreu em outros contratos estrangeiros.

Rebeldes, policiais e bandidos

As pistolas *Parabellum* tiveram também uma carreira extensa nas polícias de vários Estados brasileiros, pois, já a partir do início da década de 1920, o Exército começa a repassar armas para algumas forças policiais estaduais. Algumas unidades das então chamadas “Forças Públicas” até mesmo chegaram a reeditar as *Instruções para o Tiro* em seus manuais na década de 1920.

Consequentemente, várias pistolas foram repassadas para tropas estaduais, onde serviriam por vários anos e, muitas vezes, sob condições precárias. É por isso — e pela completa ausência de peças de reposição — que a grande maioria das armas encontradas atualmente apresenta reparos e restaurações

mecânicas e estéticas, sendo frequente o uso de peças retiradas de outros exemplares.

Esse uso amplo resultou na presença da *Parabellum* em vários episódios sangrentos ocorridos na primeira

metade do século XX no Brasil. Essas pistolas tiveram seu batismo de fogo durante a Guerra do Contestado (1912-1916) e estiveram presentes nos movimentos que abalaram a República Velha na década de

1920 (no levante dos “18 do Forte”, em 1922; na Revolução de 1923, no Rio Grande do Sul; na Revolução de 1924, em São Paulo; e na Coluna Miguel Costa-Carlos Prestes, de 1925/27), culminando na Revolução de 1930 e na Revolução Constitucionalista de 1932.

Por seu turno, a *Parabellum* alcançaria notoriedade além dos muros dos quartéis, permeando o imaginário popular, tanto através da literatura culta,¹⁷ quanto do folclore, através de seu uso nas mãos de bandidos e policiais que lutaram no interior semiárido dos estados pobres do nordeste do Brasil durante o “Cangaço”.

Capturada de soldados aprisionados ou roubada de arsenais da polícia, a “parabéu” ou “parabelo” (como era chamada pelos sertanejos)¹⁸ fez sua fama como arma de escolha de vários destes fora da lei e era a arma de uso do bando de Virgulino Ferreira da Silva (1898-1938), o “Lampião”. Após ser morto em uma emboscada da polícia em julho de 1938, ele, sua companheira e outros nove membros de seu grupo foram decapitados, e suas cabeças, expostas em público — ao lado de várias pisto-



Figura 16 – Imagem de uma barricada legalista durante a Revolução de 1924, com o soldado ao centro empunhando uma pistola *Parabellum*
Fonte: acervo do Sr. Ricardo Madeira



Figura 17 – Soldados do 4º Regimento de Infantaria fotografados durante a Revolução de 1932, com seus coldres para pistolas *Parabellum*
Fonte: acervo do autor

las *Parabellum*. Entretanto, a rápida evolução do armamento portátil experimentada na primeira metade do século passado resultou na superação tecnológica da *Parabellum* em um período relativamente curto — embora tenha permanecido em uso na Alemanha até 1945. No Brasil, à medida que iam sendo repassadas às forças policiais, inutilizadas ou perdidas, essas pistolas foram sendo substituídas por uma gama diversa de revólveres Smith & Wesson e Colt (ou por suas cópias espanholas).



Figura 18 – A famosa foto macabra das cabeças de Lampião (embaixo), de sua companheira Maria Bonita e dos demais membros de seu bando mortos após a emboscada armada na gruta de Angicos (Alagoas) em 28.07.1938. Observe-se o grande número de pistolas *Parabellum* apreendidas com os cangaceiros

Fonte: CASTRO, José, in: *Ciclo do Cangaço, Memórias da Bahia*, vol. 4, Empresa Baiana de Jornalismo, Salvador, 2002

Com a adoção, em 1937, da pistola Colt M1911A1 (Pst .45 M937) e do revólver Smith & Wesson Modelo 1917 (Rv .45 M937), ambos em calibre .45 ACP, as pistolas alemãs sobreviventes foram finalmente retiradas de serviço na Força Terrestre. Quando o Brasil enviou sua Força Expedicionária para a épica campanha no teatro de operações italiano em 1944, em plena II Guerra Mundial, a *Parabellum* já era passado

no Exército Brasileiro. Algumas pistolas ainda estavam em serviço no fim dos anos 40, principalmente em unidades policiais de áreas mais afastadas, mas foram, por fim, recolhidas aos arsenais no início da década de 1950. Grande parte das armas sobreviventes foi vendida para negociantes de excedentes militares norte-americanos já a partir do fim daquela mesma década, sendo oferecidas com frequência pelos vinte anos seguintes.

Esquecimento e falsificações

Informações imprecisas sobre as *Parabellum* usadas no Brasil circulam amiúde desde que elas começaram a chegar ao mercado de sobras de guerra e de coleção, por razões que vão da ignorância à má-fé.

Em sua obra pioneira, *The Luger Pistol*, Fred A. Datig apenas menciona que “examinou um exemplar (...) e que não possuía fotos”.¹⁹ Em um anúncio²⁰ de 1959 publicado pela *Golden State Arms Corporation*, da Califórnia, as



Figura 19 – Anúncio de uma partida de Pistolas do contrato Brasileiro como as “Lugers portuguesas perdidas”. Interessante é o Pão de Açúcar ao fundo do anúncio e o preço de oferta: US\$ 49.95

Fonte: Edição de dezembro de 1959 da revista *American Rifleman*, p. 28

primeiras pistolas que então chegavam ao mercado americano são oferecidas como sendo armas de “segunda mão” compradas pelos brasileiros junto aos portugueses na época da I Guerra Mundial, quando os símbolos nacionais de Portugal teriam sido removidos.

Apenas em 1969, com a primeira edição do livro *Lugers At Random*,²¹ de Charles Kenyon, uma descrição mais correta dessa variação aparece para os colecionadores. Mas, salvo o trabalho mais recente de Görtz & Sturgess, pouco se avançou desde então.

Por outro lado, desde meados da década de 1980, o boato de que um lote de 500 armas em calibre 9mm Luger e com cano de 100mm também havia sido adquirido pelo Brasil na mesma ocasião ganhou vulto. Mas, trata-se, infelizmente, de uma tese sem fundamento, visando ludibriar os desavisados.

Há que se considerar que, em primeiro lugar, não há qualquer menção nos arquivos da DWM sobre a aquisição dessa partida especial. O autor John Walter observa²² que, em 1912, representantes da empresa relacionaram a um oficial do exército suíço todas as vendas efetuadas até então e são categóricos ao afirmar que o Brasil havia comprado 5.000 armas. Por sua vez, nas já citadas *Instruções de Tiro* de 1912, o texto é claro ao afirmar que, embora fosse produzida em dois calibres, “(...) a nossa pistola é de 7,65mm, mas citaremos os dados principais e propriedades balísticas de uma e de outra, pois são os únicos elementos que as distinguem”.²³

Com certeza, uma boa parcela das pistolas *Parabellum* brasileiras foi recalibrada para usar o calibre 9 X 19 nos EUA e Euro-

pa a partir dos anos 70, principalmente por conta da disponibilidade dessa munição. Mas é certo que todas as armas do contrato brasileiro deixaram a fábrica da DWM com canos em calibre 7,65mm *Parabellum* e com 120mm de comprimento.

Conclusão

Ao ser finalmente retirada de serviço, a pistola *Parabellum* havia permanecido em ação por cerca de quatro décadas no Exército Brasileiro e forças policiais, tendo participado das várias revoltas, revoluções e levantes que marcaram o Brasil na primeira metade do século XX.

Tendo em vista essa longa atividade e considerando o tamanho razoável do contrato de fornecimento dessas armas aos brasileiros (comparável à primeira compra da Suíça e de igual porte da aquisição de Portugal), era de esperar que mais material tivesse sido escrito sobre essa variante. A dificuldade em encontrar os devidos registros históricos e outras fontes primárias com certeza contribui para essa lacuna.

Visando remediar essa desoladora falta de informações, a idéia deste breve trabalho foi trazer à luz alguns documentos e referências até então inéditos, apresentando a *Parabellum* do contrato brasileiro dentro de um contexto histórico mais rico e abrangente. Mas ainda há um longo e sinuoso caminho a seguir. ☺

O autor gostaria de expressar seus agradecimentos ao Maj Inf Julio Cesar Fidalgo Zary e ao Prof. Dr. Cesar Campiani Maximiano (através do Centro Histórico Overlord – CHO) pela colaboração na elaboração deste artigo.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

-
- ¹ GÖRTZ, J.; STURGESS, Dr. G. "The Borchardt & Luger Automatic Pistols". Galesburg: Simpson Publishing, 2011. pp. 687-688 (volume 2).
- ² KENYON Jr., C. "Lugers At Radom". Chicago: Handgun Press, 1969. pp 138-139.
- ³ GÖRTZ, J.; STURGESS, Dr. G. op. cit.
- ⁴ CATÁLOGO ON LINE, setembro/2014. <http://www.rockislandauction.com/viewitem/aid/62/lid/345> - consultado em 25.08.2016.
- ⁵ O nome "Parabellum" era o endereço telegráfico da DWM e significa "Para a guerra". O termo havia sido retirado do conhecido aforismo romano "*Si vis pacem para bellum*" ("se queres a paz, prepara-te para a guerra"), do autor romano Publius Flavius Vegetius Renatus (século IV d.C.). O nome "Luger", que acabou se consagrando, foi resultado de uma estratégia de *marketing* de Hugo Tauscher (representante de vendas da DWM para os EUA) para promover a arma no mercado americano.
- ⁶ McCANN, F. D. "Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro 1889-1937". São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 145-150.
- ⁷ SITE DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. <http://www2.planalto.gov.br/acervo/galeria-de-presidente> – consultada em 25.08.2016.
- ⁸ WALTER, J. "The Luger Story: The Standard History of the World's Most Famous Handgun". London: Greenhill Books, 2001. p. 127.
- ⁹ LUGER, G. [Tradução de Carta] 14 jan. 1906, Berlim (Alemanha) [para] TAUSCHER, H., Nova York (EUA). 3f. Informa sobre o desenvolvimento de novo tipo de munição e sobre os testes conduzidos em vários países. Carta disponibilizada para download em <http://forum.lugerforum.com/showthread.php?t=27684>. Consultado em 20.06.2016.
- ¹⁰ MARTINS FILHO, J. R. "A Marinha Brasileira na Era dos Encouraçados, 1895-1910: Tecnologia Forças Armadas e Política". Rio de Janeiro: Editora FGV, 1^a Ed., 2010. p. 99-106.
- ¹¹ ARMAMENTO PORTÁTIL. Rio de Janeiro: Casa Editora Henrique Velho, 1935. pp. 07-09.
- ¹² WALTER, J. "The Luger Book: The Encyclopedia of the Borchardt and Borchardt-Luger Handguns 1885-1985". New York: Sterling Publishing Co. Inc. Reedição, 1991. p. 82 e 231. Os coldres brasileiros diferenciam-se dos destinados a Portugal em três aspectos básicos: (1) não possuem o compartimento para o saca-pino; (2) o passador do cinto no verso do coldre é mais estreito que o do modelo português e (3) os coldres da *Parabellum* portuguesa normalmente trazem o timbre "A.E." (Arsenal do Exército) sendo que os brasileiros não apresentam marcação alguma.
- ¹³ GÖRTZ, J.; STURGESS, Dr. G. op. cit.
- ¹⁴ CAVALCANTI, N. A Pistola Parabellum em "A Defesa Nacional" nº 10, Rio de Janeiro, Brasil. 10.07.1914. p. 322
- ¹⁵ CAVALCANTI, N. Idem. p. 323.
- ¹⁶ CAVALCANTI, N. Ibidem. p. 323
- ¹⁷ ROSA, J. G., "A Hora e a Vez de Augusto Matraga" in "Sagarana". São Paulo: Nova Fronteira. 2015. Nesse conto antológico, o autor coloca nas mãos do protagonista uma pistola *Parabellum*.
- ¹⁸ Como exemplo, cita-se a música "Perseguição" (1964) de Sérgio Ricardo e Gláuber Rocha, que traz os versos: "Se entrega Corisco! / eu não me entrego não / Não me entrego ao tenente / Não me entrego ao capitão / Eu me entrego só na morte de parabolo na mão".
- ¹⁹ DATIG, F. A. "The Luger Pistol: Its history and Development from 1893-1945". Hollywood: Fadco Publishing Company, 1958. p. 261.
- ²⁰ AMERICAN RIFLEMAN, Fairfax, dez. 1959, p. 28.
- ²¹ KENYON Jr., C. op. cit.
- ²² WALTER, J. op. cit. p. 30.
- ²³ INSTRUÇÕES PARA O TIRO DA PISTOLA PARABELLUM in "Boletim do Exército" nº 214, Rio de Janeiro, 05/07/1912, p. 1105.